

História e as muitas dimensões do rural: a luta de assentados da reforma agrária no Triângulo Mineiro (1990-2012)

LEANDRA DOMINGUES SILVÉRIO*

O texto em questão tem como propósito apresentar e discutir parte dos resultados da pesquisa de doutorado¹ em História Social já concluída, cujo tema são as lutas entre os anos de 1980 a 2012 de trabalhadores(as) na condição de assentados(as) da reforma agrária no Projeto de Assentamento (PA) Emiliano Zapata e no PA 21 de Abril. O primeiro PA foi criado em 2004 e se localiza no município de Uberlândia é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o segundo foi criado em 2005, está localizado no município de Veríssimo e no início da reivindicação da terra para assentamento os trabalhadores estiveram sob a organização do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), ambos os PAs se localizam na região do Triângulo Mineiro.

A respectiva região de análise se destaca pela expansão de experiências de luta de inúmeros movimentos sociais em prol da democratização do acesso à terra no enfrentamento cotidiano de forças do agronegócio em expansão. Diante disso a pesquisa pautou a interpretação histórica de lutas e experiências de homens e mulheres no Triângulo Mineiro, que significam a pluralidade e a complexidade do viver e do trabalhar em um meio que vem sofrendo grandes transformações sociais, econômicas e políticas em tempos recentes naquela região. Refletindo sobre os significados dessas mudanças para os Sem Terra, sobretudo como esses sujeitos se articulam nas múltiplas dimensões do social, enfrentando o modelo de produção dominante e questionando os poderes constituídos, reinventando e forjando novos modos de vida e de produção no meio rural, dinamizando a relação entre campo e cidade a partir de suas práticas sociais.

* Docente do curso de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Doutora em História Social.

¹ Doutorado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, sob orientação da prof^a Dra. Heloísa de Faria Cruz e concluído em 2012 com a Tese intitulada: **Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados(as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980-2012).**

2

A pesquisa contou com uma vasta bibliografia mediada por diferentes áreas do conhecimento, observando a importância de produções sobre a temática e região específicas vindas da geografia agrária, sociologia, educação, economia, porém contatou-se ainda uma escassa produção nível doutorado na área da história. O trabalho contou também com a produção de diferentes fontes para análise, dando maior ênfase a oral², partindo do entendimento de que essa fonte tem revelado uma gama de possibilidades de se conhecer como e o que pensam os trabalhadores, como eles vivem e elaboram a consciência de si mesmo por meio do elaborar de experiências vividas na correlação de forças políticas e econômicas. Portanto, o procedimento metodológico considerou como fundamental a produção de fontes orais que ampliaram a problematização de modos como os trabalhadores interpretam e experimentam no cotidiano, entre outras questões, os resultados de políticas públicas, principalmente aquelas que a partir dos anos de 1990 enquadraram os assentados na categoria *agricultores familiares* e na lógica de sua inserção ao mercado (MARTINS, 2004). As experiências sociais desses assentados trazem como evidência o qual são complexas e desafiadoras as condições de vida e de trabalho impostas por programas governamentais, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Desse modo, foi possível conhecer os pontos de vista dos assentados abordando e interpretando os significados do projeto para o meio rural almejado e defendido pelos Sem Terra.

O trabalho com narrativas orais foi norteado pela acepção de que:

Nosso propósito de lidar com narrativas como práticas que se forjam na experiência vivida e que, também, intervêm nela, nos coloca o desafio de adotar e desenvolver procedimentos que nos possibilitem apreender o trabalho da consciência e incorporá-lo na explicação histórica. Ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu ponto de vista. Nesse sentido, temos esses enredos como fatos significativos que se forjam na consciência de cada um, ao viver a experiência, que é sempre social e compartilhada, e buscamos explorar

² Para essa pesquisa foram realizadas 22 entrevistas, sendo sete do PA Emiliano Zapata e seis do PA 21 de Abril, doze homens e dez mulheres, na faixa etária ente 30 a 57 anos. Grande parte das entrevistas foi entre 2010 a 2012.

modos como narrativas abre e delineiam horizontes possíveis na realidade social (KHOURY, 2005, p.125).

Muitas histórias e memórias de trabalhadores diversos e vindos de cidades e regiões diferentes, porém com costumes que se assemelham ou não, constituem a história dos PAs Emiliano Zapata e 21 de Abril. O caso do PA Emiliano Zapata é entendido como emblemático por compor o marco de memórias do MST no Triângulo Mineiro, isto é, por quem e quais práticas sociais, linguagens ele foi se constituindo ao longo das décadas de 1990 e 2000, já que é possível afirmar que foi com o grupo do Emiliano Zapata e sua articulação social e política que se garantiu a expansão de outras ocupações de terras formando outros acampamentos e assentamentos, portanto, aumentando significativamente o número de pessoas engajadas na luta e bandeiras do MST nessa região.

Sobre as possibilidades para o surgimento do grupo Emiliano Zapata a assentada Maria Eleusa Mota aponta situações e sentimentos emergidos no início da luta quando retoma o ano 1999 lembrando que:

[...] existiu esse grupo, né, que resolveu fundar o acampamento Emiliano Zapata, pessoas militantes oriundas de vários lugares, Santa Vitória, Ituiutaba, Sacramento. Enfim, juntou toda a militância mais a coordenação [MST] que estava aqui no Triângulo, e resolveu fundar então o acampamento Emiliano Zapata [...]. (Maria Eleusa Mota, entrevista concedida à autora em fevereiro de 2011).

Bem como a narrativa do assentado João Moura do Santos ajudou a compor o enredo da história do PA Emiliano Zapata e no ato da entrevista ao falar sobre suas lembranças expressou suas emoções fazendo questão de frisar: “(...) Preparamos pra nós fazer a primeira ocupação [de terra], aí foi quando batizou o nome daquele acampamento como Emiliano Zapata, aí nós fomos e ocupamos essa fazenda São Domingos (...)”. Na composição de sua narrativa a ênfase de João sobre o *batismo* do acampamento tornou-se relevante por trazer à tona parte dos mecanismos de organização de grupos de Sem Terra, que começa pela escolha do nome, o qual, a partir

4

de então, os identificará perante o Estado e a sociedade, criando vínculos e marcando suas vidas. Segundo João Moura inicialmente o grupo se via em muitas situações novas que se revelavam desafiadoras:

[...] mas naquela época, o pessoal num tinha muita tática assim pra ocupação [de terra] hora que nós chegamos, chegamos assim por volta das três horas da manhã, aí começou a clarear o dia, nós começamos a tirar as madeiras pra fazer as barracas, aí começou encostar aqueles caminhões [...] e [os seguranças da fazenda] ameaçando a gente, né, [eles diziam] essa [fazenda]daqui, essa daqui num dá. Daqui um bocado já chegou também umas viaturas de polícia lá e chegou mais e mais camioneta e fecharam nós [...]. (João Moura dos Santos, entrevista concedida à autora em março de 2005).

A partir de narrativas como essa é possível ir compreendendo as articulações dos Sem Terra na tentativa de se organizarem e de se protegerem contra as ações judiciais de despejos e/ou represálias dos proprietários das fazendas ocupadas, as quais podem se configurar de diversas maneiras, inclusive, com grandes tragédias por conta da violência e assassinatos.

Em outro momento de sua narrativa Maria Eleusa deixa claro como os trabalhadores procuram organizar as pessoas que passam a conviver com o inesperado do novo cotidiano de quem se engaja na luta pela terra:

Agrupando as famílias no, então, pré-assentamento Zumbi dos Palmares [área do MST] aqui em Uberlândia. A primeira ocupação de terra [do grupo Emiliano Zapata] foi na fazenda [...] São Domingos, foi despejado, né! Despejo violento. Depois voltou pro Zumbi. Depois a outra ocupação foi na fazenda Douradinho, teve [...] por volta de três meses, resistimos, com muita pressão da polícia, tinha muito [pessoas] infiltrado lá. E foi, aí na negociação com o INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], polícia e fazendeiro, a gente resolveu sair pra aguardar o assentamento definitivo em outra área, que o INCRA prometeu. [...] Nós fomos pro Rio Uberabinha lá na ponte, ficamos acampados na beira do rio, passamos por várias dificuldades, porque lá era impróprio pra ficar com o tanto de criança, [...] presenciamos cena até de assassinato, que era um lugar de banho, que os banhistas iam, de consumo de drogas, muito

mosquito, água poluída. Então, assim foi um começo muito difícil! (Maria Eleusa Mota, entrevista concedida à autora em fevereiro de 2011).

Sobre as experiências vividas pelos Sem Terra no cumprimento de ações de liminar de desejo a que podem ser submetidos esses trabalhadores em longos anos de luta pela posse da terra, o assentado João Pedro do PA 21 de Abril expressa o sentimento que fica:

*[...] a ocupação é muito desagradável pra fazer uma ocupação e uma **desocupação** é pior ainda, pra fazer ocupação é desagradável, sabendo, mudar de lugar como se fosse uma pessoa sem destino, a realidade do trabalhador é sem destino até que chega um ponto desse aqui [...]. (João Pedro - pseudônimo, entrevista concedida à autora em novembro de 2010).*

A compreensão do assentado é do caminho árduo “sem destino, sem eira, nem beira” o trecho da narrativa de João Pedro pode direcionar para as condições vividas pelo trabalhador tanto antes de se engajar na luta pela terra, bem como a vida depois de ser assentado. No que tange à história do PA 21 de Abril, no qual reside esse assentado, vale ressaltar que a mesma começou com a ação de um grupo de trabalhadores ao ocupar a fazenda denominada Capim Branco no município de Uberlândia no dia 21 de abril de 2001. Em outro momento de sua narrativa João Pedro traz à tona a compreensão que os trabalhadores possuíam sobre a fazenda para tê-la como alvo: “Então lá, vamos dizer, que grande parte da terra era devoluta, que devoluta é quando é da União [...]”. E na sua explicação sobre as motivações que o levaram para a luta pela terra João Pedro sugere outras questões pertinentes que compõem a trajetória de vida e de trabalho de tantos outros, sobretudo, as motivações para a existência dos movimentos dos Sem Terra no país:

[...] a vida de autônomo [na cidade de Centralina] na época, por bem, quase você não vê falar em desemprego hoje, quem está desempregado [é] quem não quer trabalhar, porque está razoavelmente bem, mas na época o desemprego era grande. Então, [eu] era autônomo. A concorrência era grande no mercado e a vida não era muito boa. Aí a gente percebe que tem que procurar outra alternativa pra viver de uma forma, assim, de um homem

social, tranquilo, de homem de bem, aí a gente procurou o quê? Uma informação sobre a reforma agrária. Teve uma equipe do [...] do MLST que fez um trabalho de base convidando as pessoas pra terras que não estão sendo ocupadas por ninguém, que reza na constituição de 1964 que essas terras são destinadas aos trabalhadores pra ser divididas em famílias. Aí é um trabalho muito bem feito, em pessoas muito simples também [e] que acredita em tudo aquilo. [...] Esse trabalho [de base] demorou uns noventa dias, é um trabalho muito fino, que eles têm muita cautela, que se não as pessoas desistem e vai tudo por água abaixo o trabalho deles. [...] Tinha um cidadão também do PT, ele gostou da proposta do pessoal [...] do MLST, e se juntou com o pessoal e começou a fazer aquele trabalho também. O trabalho de base é a gente fazer a base de um acampamento, junto um monte de pessoas, são a base de uma nova ocupação, de um novo acampamento que seja uma nova ocupação, foi fazer o trabalho de base. A base é o quê? A base de juntar um alicerce pra iniciar uma reforma agrária, fazer ajudar na reforma agrária. Que no Brasil é um pouco lento a reforma agrária, quase parando, então [...] até 2001 de 21 de abril foi o dia que nós viemos pra Uberlândia. Hoje o assentamento no município de Veríssimo chama o assentamento 21 de Abril. (João Pedro – pseudônimo, entrevista concedida à autora em novembro de 2010).

João Pedro articula para análise situações e prioridades a que se atêm os Sem Terra e faz questão de registrar a importância do que entendem por *trabalho de base*, com o qual os movimentos sociais conseguem convencer os trabalhadores de que o caminho alternativo e possível contra o desemprego e a vida que “*não era muito boa*” é a luta pela reforma agrária. Sugerindo, a sua opção em se manter um “homem de bem”, isto significa aquele que conhece seus direitos e o que rege a Constituição Federativa do Brasil, que possui consciência das condições em que vive e quais os caminhos para superá-las. João disputa por meio de suas memórias e práticas com outras versões e sentidos do que seja a luta dos Sem Terra, ou seja, contra aquelas versões que desqualificam descaracterizando os interesses dos movimentos sociais, João situa o diálogo sobre a reforma agrária e parte sua análise da legalidade que define a reforma agrária um dever do Estado e um direito do cidadão.

Apesar dos trabalhadores estarem sob seus lotes de terra isso não tem significado a transformação da vida e do trabalho como desejaram, pois muitos ainda vivem em condições difíceis. Sendo a realidade social do PA 21 de Abril a mais complexa, por exemplo, até o ano 2011 parte deles ainda não havia conseguido acessar todos os créditos rurais conhecidos como *Instalação* de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA), que é dividido em modalidades, a saber: *Apoio Inicial* no valor de R\$ 2.400,00, *Fomento* de R\$ 2.400,00 e *Material de Construção* de R\$ 5.000,00. No caso do PA 21 de Abril quando da realização das entrevistas entre os anos de 2010 e início de 2012 os assentados não haviam acessado a última etapa que é o crédito Material de Construção para custear a construção da moradia. Portanto, a partir do ano 2005 continuaram em moradias não adequadas, assim como no tempo de acampamento desde 2001 debaixo da lona plástica, onde enfrentaram calor e frio extremos, ficando sujeitos a vários tipos de doenças.

Foi possível observar diferenças nos lotes e moradias dos assentados, já que uns conseguem apoio financeiros de familiares, outros com algum dinheiro advindo de trabalhos fora dos lotes vão erguendo suas casas e construindo aos poucos seus sonhos, mas sem o apoio eficiente de órgãos responsáveis pela reforma agrária e de políticas e programas governamentais.

Já os trabalhadores do PA Emiliano Zapata se encontravam no ano 2011 quando da realização da maior parte das entrevistas em situações um pouco melhores, muitos deles já tinham acessado as modalidades do crédito instalação e no início do ano 2012 estavam negociando junto ao Banco do Brasil créditos concedidos via o PRONAF. Portanto, com uma infraestrutura mais digna de moradia e sustento das famílias a partir dos resultados do trabalho na terra, mas nem por isso deixaram de afirmar que muito precisava ser feito.

Dessa forma, foi possível analisar que os maiores desafios para os assentados estavam na dificuldade e nas limitações financeiras e creditícias para trabalharem nos seus lotes e garantir mensalmente uma renda monetária suficiente para uma vida digna das famílias. Essa realidade impunha a obrigatoriedade de buscarem empregos nas cidades próximas ou nas fazendas ao redor, daí ficando sujeitos ao preconceito daqueles que condenam os Sem Terra por não permanecerem em seus lotes e, inclusive, quando

8

alguns chegam ao ato de comercializarem a posse dos seus lotes desistindo da luta pela terra, voltando para os centros urbanos ou ficando no meio rural trabalhando para fazendeiros, carregam a pecha de oportunistas e preguiçosos atribuída por aqueles que desconhecem as reais condições a que estão submetidos muitos assentados da reforma agrária.

As implicações dessa realidade foram analisadas amplamente no trabalho do doutorado, entretanto, para a apresentação no simpósio temático da ANPUH, considerou-se pertinente recuperar parte mais significativa das interpretações dos assentados e do que o trabalho pôde concluir.

Nesse sentido, observou-se que até o ano 2010, quando se realizou a entrevista com o João Pedro, o PA 21 de Abril estava em fase de implantação rudimentar, isto é, o assentado se encontrava em profundo desencanto com os rumos do assentamento e das condições de vida e de trabalho, sem acesso aos créditos rurais mencionados anteriormente e da seguinte forma desabafou:

Eu não me sinto produtor rural, nem pequeno, nem micro, nem menor que você puder falar, eu me sinto um favelado, que quando o cidadão perdi a dignidade de viver assim com dignidade ele se sente um favelado, fora que às vezes os favelados tem mais privilegiado que nós, porque se a pessoa falar favela rural e nós estamos na favela rural não, eu gostaria que fosse uma favela rural, que na favela tem energia, tem água na favela, tem hidrômetro de água, tem um padrão de energia, a pessoa está informada do mundo que está acontecendo lá fora num é verdade? E bebi água potável, nós, água de mina com gosto de ferrugem, outros carrega de longe que quiser ouvir você falar de alguma pessoa assim ou você for indicar pra alguém e a pessoa duvidar aí você traz aqui que nós vamos mostrar pessoas que andam longe pra buscar 20 litros de água na cabeça como aquela região lá do nordeste, a gente sabe que num é grande parte, mas nós temos um número de pessoas que num tem água de forma nenhuma nem potável e nem ser potável pra se beber. Então se o cara num tem energia não tem água num tem uma residência pra morar como que vai ficar produtor? Ele é um favelado então eu nunca me senti um pequeno produtor. (João Pedro - pseudônimo, novembro de 2010).

9

Neste trecho da narrativa de João Pedro fica evidente a falta de infraestrutura e saneamento básico para o assentamento e como a compreensão era de abandono por parte do poder público, o que levava e continua levando à concepção da morosidade com que são tratadas as questões da reforma agrária. E de como os decretos de desapropriação de terras no país estão longe de significar a desconcentração da posse da terra no país e da riqueza. O que talvez pode se afirmar com a existência de assentamentos é a ocorrência da simples distribuição de terra que não significa garantias de que o camponês terá condições e prazer em permanecer na terra e ter o sustento da família a partir do seu trabalho.

Sob a perspectiva do assentado Juarez Moura do Santos do PA Emiliano Zapata as limitações da reforma agrária hoje no Brasil são muitas e de forma emblemática ele trouxe para análise como a política governamental trata e compreende as capacidades dos trabalhadores. E no que se referia às etapas de implantação do seu PA coordenadas pelo INCRA Juarez articulou a seguinte análise:

Esse negócio do governo, do INCRA, tudo que está ligado ao INCRA, a sensação que dá é que nós assentado é burro e tem que colocar rédea. Fica tentando guiar as pessoas. Por exemplo, lá no PEA [Plano Econômico do Assentamento] você [é] obrigado a fazer três orçamentos para comprar arroz, feijão, num dá uma autonomia pra família poder gerenciar o recurso, achar onde é melhor. Às vezes o que é melhor pra mim num é melhor pra ela, então, aí [os órgãos do governo] tentam alegar que é pras famílias num desviar. Mas muitos casos, por exemplo, comprou cinco fardos de arroz lá no PEA, o cara perdeu quatro, foi lá, pela questão de orçamento, comprou uma vaca ruim, comprou por mil, acabou tendo que, ou morreu, ou vendendo por 200 reais. (Juarez Moura dos Santos, entrevista concedida à autora em fevereiro de 2012).

As rédeas colocadas pelo INCRA podem talvez se afrouxar quando conseguem outros e diferentes créditos rurais via o financiamento direto com a instituição financeira, porém emergem outras contradições:

No PRONAF eles tentam fazer o mesmo processo, só que [n]esse a vantagem foi até mais livre. Que nos recursos que é direcionado pelo INCRA você é obrigado [com crédito Instalação] hoje, por exemplo, está até meio esquisito

que numa loja vence [compra-se] tudo num cara só, ele mesmo arruma as outras duas lojas, então é incoerente, e nenhuma outra loja em Uberlândia quer fazer orçamento, tudo preso a um cara qualquer. [...] No PRONAF já é mais livre [...], já é um crédito direto no banco, você vai lá no banco, muito amarrado, muito na rédea, mas o banco te fala: ó, você tem que me trazer um projeto. Na maioria dos casos os próprios técnicos orientam você fazer o projeto mais fácil, no pacotão. No pacotão você vai comprar vaca, fazer cerca, fazer uma campineira [campina], pronto, esse é o projeto, vinte mil distribuído nesses três itens. Então, a ideia é: vaca sei lá o quê, blá blá blá, digita lá um projetinho, a maioria do povo num [...], a gente até que se preocupa em perguntar, conversar, os outros não! Então toma aqui [e] assina [o projeto que é feito pelo técnico agrícola], que é a Agroar hoje que é contratado pelo INCRA que é pra dar assistência técnica. Então ele faz [...] cada projeto é individual, eu fiz um projeto, meu pai fez um projeto, cada um fez um projeto que é direto no banco, tinha a questão do avalista solidário, acabaram com isso. Então eu mesmo me avalio, o outro se avalia e pronto [...] (Juarez Moura dos Santos, entrevista concedida à autora em fevereiro de 2012).

É possível observar que a partir do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 que criou o PRONAF os assentados passaram a lidar com uma situação que é a perspectiva da “individualização” dos assentados. Nesse sentido, aquilo que pode ser entendido por alguns como maior autonomia pode significar também uma dificuldade em se implementar projetos coletivos com base na cooperação, já que cada assentado trata direto seu caso com a instituição financeira parceira do PRONAF. Diante disso, se revela fundamental a organização dos trabalhadores em seus movimentos sociais, suas associações de assentados, cooperativas enfim, em propostas que garantam o trabalho cooperado e das famílias.

O surgimento do PRONAF e seus desdobramentos significaram o fim de conquistas históricas das lutas dos trabalhadores Sem Terra no que diz respeito às linhas especiais de créditos rurais para os assentados, com juros reduzidos, como foi o caso do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) (STEDILE; FERNANDES, 1999). O PRONAF que extinguiu o PROCERA surgiu claramente no campo das disputas de classes, isto é, com as diretrizes políticas e econômicas ditadas

11

pelo Banco Mundial para a produção da agricultura de países pobres diante às lutas dos Sem Terra. O Brasil nos governos de Fernando Henrique Cardoso voltou suas ações na tentativa de inserir no mercado aqueles até então tidos como pequenos produtores e para isso esses produtores foram enquadrados, após estudos da FAO na década de 1990, na condição de agricultores familiares (SCHNNEIDER; MATTEI e CAZELLA, 2004) e dentro do polêmico programa conhecido como *Novo Mundo Rural*, no qual a reforma agrária reivindicada pelos movimentos sociais foi rechaçada e tida como superada. Na realidade a aposta do governo era em uma reforma agrária de mercado, sem a necessidade de conflitos no campo e ocupações de terra (MARTINS, 2004), atendendo aos interesses dos ruralistas que almejando lucros, por exemplo, passaram a vender suas propriedades a preço de mercado para o INCRA, já que o Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda abriu a possibilidade do INCRA adquirir terras comprando-as dos proprietários que queiram vendê-las.

Muitos problemas emergiram na década de 1990 e talvez o maior deles seja o fato de que as questões da reforma agrária foram engessadas dentro da categoria *agricultores familiares* e de políticas públicas que homogeneizaram situações e condições que são desiguais, porque pautadas na relação social de produção capitalista. Ou seja, a reforma agrária sempre esteve e estará em disputa, pois significa a disputa entre classes diferentes com projetos políticos, econômicos, ambientais, culturais e sociais que são opostos.

O entrevistado Aguinaldo da Silva Batista coordenação do MST na região do Triângulo Mineiro ao analisar os significados do fim do PROCERA e o surgimento do PROANF ponderou o seguinte:

Olha, os programas de governo, quando de sua implantação não são imediatamente aceitos e necessitam de um processo de transição para os novos, especialmente este, o PROCERA. Que se comparado com o PRONAF, para os novos agricultores era mais adequado, pois considerava outros fatores, além da capacidade produtiva da terra e do trabalho. Reconhecia número de pessoas na família, idade, filhos na escola, etc.

Para os assentados do período a concordância mais passiva foi o fim do aval compartilhado, que no PRONAF não é exigido. Porém, no PROCERA, caso não houvesse o pagamento não havia restrição ao crédito, mas toda comunidade ficava sem poder acessar outros créditos. Quanto ao PRONAF, se não houver os pagamentos em dia o inadimplente tem restrição ao crédito, o que tem contribuído em muito para os abandonos e venda das parcelas [de lotes]. Outra vantagem do PROCERA era o montante de investimentos, estava em acordo com a quantidade de trabalho na família, o retorno de capital, o itinerário da atividade agropastoril e ainda um rigor de acompanhamento pelas organizações. O fim do PROCERA marca uma era e inicia aquela da introdução desses novos sujeitos no campo como atores do modelo capitalista. Essa visão que tenho a partir das relações que desenvolvi na luta pela terra. (Aguinaldo da Silva Batista, 2012).

O que se pretendeu nesse artigo foi trazer ao conhecimento a realidade social de assentados da região do Triângulo Mineiro que estão articuladas a tantas outras afora nesse país e que se aproximam ou não. Sobretudo são evidências da persistência de homens e mulheres em sonhos de uma vida digna e melhor, que lutam por uma sociedade transformada com valores sociais pautados na igualdade de condições e oportunidades de viver e de trabalhar.

Por fim, espera-se que os temas abordados nesse artigo contribuam para o debate sobre questões centrais e urgentes em torno dos trabalhadores Sem Terra e suas lutas pela reforma agrária e para as possibilidades de abordagens da história com seus procedimentos teóricos e metodológicos na análise da temática.

Fontes e bibliografia:

Narrativas orais analisadas nesse artigo:

Aguinaldo da Silva Batista, 50 anos de idade, casado, natural de Córrego Dantas (MG), pai de dois filhos. Concedeu entrevista à autora em 23/12/2011 na cidade de Uberaba.

João Moura dos Santos, natural de Itaberaba (BA), nascido em 1948, casado, pai de três filhos (dois homens e uma mulher). Entrevista concedida à autora em 30/03/2005 no PA Emiliano Zapata.

13

João Pedro (pseudônimo), 38 anos na data da entrevista. É natural de Itumbiara (GO), casado, pai de um adolescente e de uma menina. Entrevista concedida à autora em 05/11/2010 no PA 21 de Abril.

Juarez Moura dos Santos, 31 anos de idade na época da entrevista (2012), natural de Santo André (SP), casado, pai de uma filha e padrasto de uma menina, assentado no PA Emiliano Zapata. Entrevista realizada na casa da autora em 13/02/2012.

Maria Eleusa Mota, 38 anos de idade na época da entrevista (2011), separada, natural de Lagoa Formosa (Alto Paranaíba), mãe de uma filha adolescente. Em 20/09/2001, entrevista realizada na casa da depoente. Em 04/02/2011, Maria Eleusa concedeu entrevista à autora no PA Emiliano Zapata.

Bibliografia:

BRASIL. Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992. Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 jan. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0433.htm>. Acesso em: 15 jan. de 2012.

_____. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 jul.1996. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>>. Acesso em: 16 out. 2011.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, L. A; et al. (Orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2005. P. 116-138.

MARTINS, Mônica Dias. (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, p. 21-50, 2004. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico_pronaf.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2012.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. **Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados(as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril 1980-2012**. 2012. Tese (Doutorado em História Social)-Programa de Estudos

14

Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. **Assentamento Emiliano Zapata:** trajetórias de luta de trabalhadores na construção do MST em Uberlândia e Triângulo Mineiro (1990-2005). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente:** A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.